

SCRUTON, Roger. *Filosofia Verde. Como pensar seriamente o planeta*. São Paulo: É Realizações, 2016, 416p. ISBN: 978-85-8033-218-6.

O filósofo britânico Roger Scruton, famoso por sua postura original e destemida ante o *status quo* da sociedade contemporânea, aborda aqui mais uma vez um tema polêmico: o ambientalismo. Para ele, a compreensão do problema parte das observações locais do dia a dia, que constituem uma sabedoria da sobrevivência, e não nas incertezas do globalismo. Sustenta que os atuais movimentos ambientalistas, exigindo projetos governamentais gigantescos e até quiméricos e alterações radicais na vida, falharam em suas realizações.

O Autor promete então desenvolver o assunto com base em concordância com a natureza humana, usando a filosofia conservadora. “Defendo as iniciativas locais contra os esquemas globais, a associação civil contra o ativismo político e as fundações de pequeno porte contra as campanhas de massa” (p. 9). Critica, pois, as regulamentações de cima para baixo, o mal uso da legislação e a fragmentação da sociedade pelo controle de burocratas.

O movimento ambientalista é formado hoje, *grosso modo*, por esquerdistas movidos supostamente para a defesa dos pobres e oprimidos, em embate contra as grandes corporações, o consumismo e as estruturas de poder. No entanto, Scruton esclarece que o ambientalismo britânico iniciou-se a partir de uma defesa da beleza

da natureza em reação à Revolução Industrial. O ambientalismo francês também tem raízes conservadoras.

O conservadorismo admite variações. Nos Estados Unidos os conservadores enfatizam as liberdades econômicas e na Europa favorecem a tradição. Seja como for, o conservadorismo se esforça para proteger costumes e instituições, distinguindo-se dos anseios de ONGs ou associações civis. Enquanto as primeiras objetivam favorecer sua própria finalidade, as segundas beneficiam antes de tudo seus membros. Os esquerdistas defendem mudanças para a criação de uma nova sociedade num formato, em geral, de ONG. Em contrapartida, os movimentos conservadores convergem normalmente para associações civis livres, como o Womens’s Institute (WI), fundado em 1915, com 205 mil membros na Grã-Bretanha.

As condições climáticas do globo terrestre influenciam o meio ambiente e causam muitas discussões entre cientistas, ecologistas e políticos. Nesse âmbito, há certamente aqueles que exageram nas previsões de grandes catástrofes naturais, criando uma espécie de “pânico global”. Não é raro que esses alarmismos se difundam nos meios de comunicação, com intenções nem sempre honestas (por exemplo, para auferir vantagens ideológicas ou políticas): “Inevitavelmente, portanto,

a ciência se viu usurpada por interesses políticos” (p. 42). Scruton oferece um exemplo da disseminação do medo ambientalista por parte de certos autores: “No cenário mais desastroso, vislumbrado por [Mark] Lynas, o planeta estará, no fim deste século, praticamente estéril e despovoado de suas espécies, a não ser punhados de seres humanos agarrados aos últimos e ralos habitats; um planeta castigado por furacões de intensidade assombrosa formados em oceanos quentes sem oxigênio, onde a fauna marinha já não poderá sobreviver” (p. 43).

O Autor descreve as consequências da Revolução Industrial na Grã-Bretanha: esvaziou os campos, atraindo a população para as zonas industrializadas com a decadência da agricultura; trouxe prejuízos morais e sociais enormes às famílias e problemas sérios de saúde; provocou uma revolução social por empregos mal remunerados, horas excessivas de trabalho, mesmo para as crianças, forçadas a viver em regime semiescravo.

Scruton ainda menciona a Convenção da Biodiversidade da ECO-92, no Rio de Janeiro, que propôs associações para coibir a extinção de espécies e a perda da Biodiversidade.

Quanto à influência da industrialização na situação ambiental – como o aumento da emissão de gás carbônico, a poluição dos oceanos, os efeitos dos pesticidas, o desmatamento, a transmissão de doenças contagiosas,

bem como as grandes migrações populacionais –, o Autor promete resposta conservadora.

No capítulo terceiro, o Autor trata de quatro formas de racionalidade social: a dos individualistas, a dos igualitários, a dos que aceitam a hierarquia e a dos fatalistas. Os primeiros tendem a ver a natureza como benigna e os seres humanos adaptáveis. Os igualitaristas a percebem como efêmera, precária, desarranjada e a sociedade dividida em sucessos e fracassos, que podem conduzi-la ao desastre. O contraste entre individualistas e igualitários subentende diferenças políticas e ambientais. Ora, o socialismo é um protesto igualitário contra a desigualdade de poder e de propriedade etc. “Eles desconfiam dos efeitos da livre-iniciativa, que manteriam as desigualdades de privilégio e poder, e das lealdades tradicionais” (p. 72).

Eis um exemplo concreto: na Polônia, embora fosse crime despejar os resíduos poluentes das fábricas nos rios, isso foi realizado com a proteção do partido comunista, o que inutilizou as águas correntes. Só mais recentemente, com o crescimento dos negócios privados, a situação dos rios mudou, proporcionando a sobrevivência dos peixes: “Soluções estatais criam uma estrutura de diretivas impessoais e fechadas que afastam naturalmente as pessoas” (p. 92).

Por volta do ano 2000, políticos, advogados e cientistas abordaram de

maneira vaga a precaução a respeito dos efeitos perigosos ao meio ambiente humano, animal e vegetal. As informações inseridas no documento da Comissão Europeia sobre o assunto, na realidade, predispunham à proibição, por parte da burocracia estatal, de qualquer atividade que julgasse potencialmente perigosa. Esse inócuo Princípio de Precaução acabou se tornando legislação no direito europeu. A Suprema Corte da União Europeia o invocou para justificar a decisão do Governo da Itália de proibir a venda de alimentos geneticamente modificados pela tecnologia até que se prove que são inofensivos aos homens e ao meio ambiente. Ora, isto significa proibir todas as inovações tecnológicas recentes a respeito dos alimentos. Com isso, se proíbe qualquer estudo sério sobre saúde, meio ambiente e sobre a vida no planeta. O Princípio de Precaução justifica, pois, as leis construídas pelos burocratas que impedem a ação dos particulares.

Em outras palavras, o referido princípio defende o seguinte: “se você pensa que pode haver risco, então há risco; e se há risco, proíba-o” (p. 98). Contudo, é evidente que todo raciocínio prático envolve riscos com probabilidades de êxito, de incertezas ou de derrotas. Isto é instintivo no ser humano. Enfrentam-se riscos, é claro, mas sem necessariamente isolá-los de modo insano como exige o Princípio de Precaução.

Exemplos não faltam: sob o pretexto de que animais doentes pudessem ser abatidos e servir de alimento, o Parlamento Europeu estabeleceu a presença de um veterinário qualificado para cada abatedouro. Ora, na Grã-Bretanha, para abater 7 milhões de animais, os veterinários qualificados custaram 8 bilhões de libras. Resultado: os abatedouros pequenos foram obrigados a fechar. Essa lei, que considerou apenas esse risco “razoavelmente insignificante” (p. 101), entre os muitos existentes na pecuária, levou à catástrofe da propriedade individual. Scruton recorda que Clausewitz esboçava o seguinte pensamento estratégico-militar aplicável a este episódio e a muitos outros: “A vitória não é alcançada evitando-se todos os riscos, mas sim contrabalançando-os, e reconhecendo os limites do que se tem como certos” (p. 105).

Tal doutrina se difundiu não somente na cabeça dos eurocratas, mas também em ONGs ambientalistas espalhadas pelo globo. Comenta ainda o filósofo: “Enquanto isso, em suas formas putativas, o Princípio de Precaução atua como um freio sobre o tipo de pesquisa que precisa conduzir, impedindo que administremos com eficácia os nossos crescentes problemas ambientais” (p. 114-115). Para ele, “a resposta racional ao risco e à incerteza não reside, portanto, na concentração de esforços destinados ao risco zero, mas sim no equilíbrio de

custos e benefícios, levando-se em conta a expectativa de resultados negativos. É assim que cada um avalia a própria vida, e é assim que os generais raciocinam durante a guerra, quando as coisas são graves” (p. 119).

A seguir, o Autor trata da economia sob o enfoque moral. Argumenta que os problemas ambientais, ao contrário do que alguns consideram, são de ordem moral e não econômica. Ademais, “muitos filósofos defendem a urgência de uma ‘estética ambiental’, e que seria tarefa central da filosofia fornecê-la” (p. 167). Pois bem, os principais esforços dos especialistas em ética prática têm sido de índole utilitarista, além de propostas de uma “nova ética” para planejar o futuro. Scruton os contradiz com vários argumentos, entre eles um histórico: “Devemos recordar que os utilitaristas tiveram muitas oportunidades para mostrar o real alcance de sua filosofia. Lênin, Stálin e Hitler justificaram suas políticas em termos utilitaristas, defendendo que sacrifícios de curto prazo trariam benefícios de longo prazo” (p. 172). O Autor defende o equilíbrio: não podemos imputar às árvores certos “direitos”, mas tampouco se destroem matas sem qualquer critério.

Todos nós, exceto os utilitaristas, reconhecemos que a moral não se dedica somente aos valores, como também aos direitos, deveres e ao relacionamento de uns com os outros. Essas relações não devem se basear apenas nos interesses próprios, mas também nos benefícios

de terceiros. “No pensamento moral, não negociamos preferências, mas salvaguardamos coisas que não podem ser negociadas” (p. 180). Por exemplo: uma mãe que abre mão de grandes vantagens em sua carreira profissional para cuidar de uma criança inválida; ou um soldado que sacrifica sua vida no campo de batalha para defender a sua pátria, sem qualquer benefício pessoal.

A raiz da moral se baseia na responsabilidade individual, considerando os direitos, as obrigações e os deveres. Somos autoconscientes e julgamos os eventos, tanto os gratuitos quanto os que têm razão de ser; tanto os que brotam de uma escolha racional quanto os que meramente ocorrem, brotando do fluxo normal das coisas. Assim, por exemplo, temos responsabilidade sobre os valores recebidos dos antepassados, com a obrigação de aperfeiçoá-los e transmiti-los às gerações futuras. As tradições destilam informações necessárias nas relações com os nossos predecessores e os nossos sucessores.

O amor à tradição se reporta à formação recebida no lar. O lar é o lugar que abriga os que amamos e dos quais dependemos. “Esse sentimento de amor ao lar é fonte de muitos de nossos mais generosos gestos e de nossas maiores doações pessoais” (p. 214-215). Quando uma tradição é nacional, será transmitida por pessoas que compartilham um território, uma história, uma língua, uma religião. Elas necessitam de uma

jurisdição, uma legislação, um processo político, e assim formam uma nação, definida sobretudo pelo território: “Até mesmo a cultura popular do mundo moderno é a reafirmação de uma lealdade territorial” (p. 217). É nessa esteira que o conservadorismo se manifesta, ou seja, através de pessoas que amam o ambiente familiar, estendido a associações maiores, por elas aperfeiçoadas e consideradas como lar.

A *oikophobia* (repúdio ao lar), junto com o consumismo desenfreado, deveria ser entendida como causa de problemas sérios contra o meio ambiente. O amor ao lar se manifesta também através de necessidades materiais, mas sobretudo pelo amor à beleza e pelo respeito ao sagrado. Esses dois valores, intimamente ligados, são contrários ao ímpeto humano de explorar e destruir. São valores intrínsecos da natureza humana e podem se comparar com a amizade. Um verdadeiro amigo vale pelo que ele é e não por nos prestar qualquer benefício. Se o consideramos pela utilidade, estamos desfazendo a amizade genuína. É claro que o verdadeiro amigo tem gosto e alegria em servir o outro em suas necessidades, mas não passa por suas cogitações esperar retribuição, pois, se assim fosse, não seria amigo fiel. “Portanto, a amizade é algo supremamente útil, desde que não a tenhamos por sua utilidade” (p. 228). O amor ao lar caminha nessa direção, pois participa das raízes morais da amizade.

As coisas não são exploradas só por sua utilidade, mas especialmente por seu valor simbólico, transmitido depois para as gerações futuras. Ora, a degradação ambiental de nossos dias muitas vezes tem raiz no abandono do belo em favor da utilidade. A depredação de habitações humanas para construir viadutos ou autoestradas é sempre feita em nome da utilidade. Portanto, “não há como desenvolver uma política ambiental convincente sem que na disputa entre beleza e utilidade a beleza prevaleça” (p. 230).

Ao decorar uma casa como lugar de compartilhamento e hospitalidade, os móveis devem ter utilidade, mas, sobretudo, beleza. Dispostos adequadamente, influenciarão na formação dos moradores. A Europa está cheia de valores estéticos que atraem a atenção do mundo inteiro. Essa atitude é um refúgio contra o consumismo e nos coloca espiritual e moralmente na situação em que nos sentimos em casa (*oikophilia*). Em suma, o belo é “uma profilaxia contra o desejo de pilhar, e o melhor amigo do meio ambiente” (p. 233).

As boas maneiras são também um fator importante para a conservação da natureza, como “uma tradição que se autocorrige” e como “vizinhas das escolhas estéticas” (p. 234). Deixando de lado o puro utilitarismo, os valores estéticos se manifestam em uma refeição em família, com a bela e reta disposição de copos e taças, pratos e talheres.

Também a piedade, completando os valores estéticos, pode se manifestar durante o repasto. “Pessoas religiosas anunciam suas refeições com uma graça, convidando Deus a estar entre elas antes que se sentem à mesa” (p. 235). É a beleza na constituição de um lar. Ao longo do tempo, pessoas desenvolvem estilos, padrões e vocabulários que, nas cidades, têm a função das boas maneiras entre vizinhos ou na família. Ora, é essa beleza compartilhada em pequenas instituições que deve se refletir em escala global. O próprio patriotismo é uma expressão do amor à família e às instituições que constituem o país.

A influência do patriotismo de esquerda pode se manifestar também no ambientalismo cívico. As conferências sobre mudança climática e proteção ambiental, por exemplo, terminam normalmente sem comprometimento entre os participantes, sem real acordo; já os políticos e as ONGs fingem ter alcançado um fim satisfatório. As sanções são mais frequentes contra Estados democráticos pela suposta imposição de fardos ao povo, enquanto que são inócuas contra tiranias e monopólios partidários. Há uma fraqueza geral dos tratados internacionais, frequentemente inúteis na prática. Contudo, destaca-se que só um Estado competente e cumpridor da lei teria meios de defender o meio ambiente.

Scruton conclui esclarecendo que sua intenção foi tratar dos problemas

ambientais, acentuando a importância das afeições locais, centrais para a condução da política e a ordenação social. Desenvolve o assunto do ponto de vista filosófico e psicológico baseando-se em fatos históricos e propondo resoluções conformes a uma abordagem ecológica conservadora. Os primeiros exemplos descritos por ele são tirados da própria paisagem de sua terra natal: “O espírito preservacionista inglês percorreu todas as instituições da sociedade civil, materializando-se em centenas de iniciativas locais” (p. 302). As iniciativas de preservação do meio ambiente se coadunavam com as iniciativas de conservação dos centros históricos de cidades e vilas. A destruição da agricultura tradicional ocorreu durante a Primeira Guerra mundial com a mecanização, levando ao fim das pequenas propriedades agrícolas (locais).

O Autor propõe uma solução para esses problemas sob a égide da política ambiental conservadora: “O primeiro princípio de uma política conservadora é impedir que o Estado assuma atribuições que podem ser desempenhadas de forma muito mais eficiente pelos cidadãos” (p. 334). O conservadorismo é antiestatista, cultor do belo, das tradições locais e da vida social livre; por isso mesmo é a melhor forma de *conservar* a natureza.

Antônio Chaves Sobrinho
(Professor – IFAT)